

**A Teoria Queer e a Questão das Diferenças:
por uma analítica da normalização**

Richard Miskolci*

Há várias formas de compreender as diferenças, sendo que a mais conhecida as associa às vivências de desigualdades e injustiças que caracterizam grupos socialmente marcados como inferiores, anormais ou abjetos.¹ As “minorias” étnico-raciais, de gênero e sexuais² explicitam maneiras tão diversas de vivenciar a diferença que tornam patente o fato de que, ainda que sejam mais ou menos relacionadas, cada diferença denota uma forma particular de opressão.

Neste artigo, introduzirei o/a leitor/a à Teoria Queer de forma a mostrar sua abordagem distinta dos estudos de minorias, seu objeto e metodologias de investigação. Depois, adentrarei em seu diálogo com outros saberes subalternos na tentativa de constituir uma analítica articulada das formas de opressão. Por fim, apresentarei um esboço da abordagem contemporânea das diferenças, seus desafios e promessas no campo das ciências sociais, educação, história e até na psicanálise.

* Professor Adjunto de Sociologia – Dep. Ciências Sociais – UFSCar

¹ O estudo sociológico clássico sobre a diferença como estigma é o de Erving Goffman (1988, primeira edição de 1963). No presente, destacam-se as reflexões de Judith Butler sobre as identidades socialmente classificadas como abjetas (Butler, 2004). Na intersecção entre raça, gênero e sexualidade encontra-se *Aberrations in Black – Toward a Queer of Color Critique* do sociólogo norte-americano Roderic A. Ferguson (2004).

² Hoje, critica-se o termo minoria que, sob a pretensa neutralidade numérica, desvaloriza grupos subordinados pelos hegemônicos (propositalmente confundidos com maioria). Um exemplo claro é a incoerência de se referir às mulheres como minoria já que elas constituem numericamente a maior parte da humanidade.

Em fevereiro de 1990, Teresa de Lauretis empregou pela primeira vez a denominação Teoria Queer para contrastar o empreendimento analítico que um conjunto de pesquisadores desenvolvia em oposição crítica aos estudos sociológicos sobre minorias sexuais e de gênero. A escolha do termo queer para se autodenominar, ou seja, um xingamento que denotava anormalidade, perversão e desvio, destacava o compromisso em desenvolver uma analítica da normalização focada na sexualidade.³ Desta forma, os teóricos queer delimitavam um novo objeto de investigação: a dinâmica da sexualidade e do desejo na organização das relações sociais.

Em termos teóricos e metodológicos, os estudos queer surgiram do encontro entre uma corrente dos Estudos Culturais norte-americanos com o pós-estruturalismo francês, o qual problematizou concepções clássicas de sujeito, identidade, agência e identificação. Central foi o rompimento com a concepção cartesiana (ou iluminista) do sujeito como base de uma ontologia e de uma epistemologia. Ainda que haja variações entre os diversos autores, é possível afirmar que o sujeito no pós-estruturalismo é sempre encarado como provisório, circunstancial e cindido (Hall, 2006).

Teóricos queer encontraram nas obras de Michel Foucault e Jacques Derrida conceitos e métodos, especialmente em seus livros *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber* (1976) e *Gramatologia* (1967).⁴ O ponto de partida foi a afirmação foucaultiana de

³ O termo inglês queer é antigo e tinha, originalmente, uma conotação negativa e agressiva contra aqueles que rompiam normas de gênero e sexualidade. Recentemente, foi adotado e resignificado pelo conjunto de teóricos que, em oposição aos estudos de minorias, decidiu privilegiar uma perspectiva crítica sobre os processos sociais normalizadores. Nas palavras de Guacira Lopes Louro, o queer designa “a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada, e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora.” (Louro, 2001, p.546) De qualquer forma, queer permanece uma denominação aberta que abrange tanto esta corrente teórica quanto os movimentos sociais contemporâneos que defendem culturas sexuais marginalizadas. Não há identidade entre a corrente de estudos e os movimentos, no máximo uma coalizão em constante diálogo. Sobre esta relação consulte as reflexões sobre a New Gender Politics em Butler, 2004.

⁴ *Gramatologia* foi traduzida para o inglês pela futura teórica dos Estudos Pós-Coloniais Gayatri Spivak em 1976 enquanto o primeiro volume de *História da Sexualidade* foi publicado nos EUA em 1978, mesmo ano em que saiu em inglês outro importante livro de Derrida *Diferença e Escritura*.

que a sexualidade é um dispositivo histórico do poder que se desenvolveu nas sociedades ocidentais modernas desde fins do século XVIII e se baseou na inserção do sexo em sistemas de utilidade e regulação social.⁵ A sexualidade, como dispositivo, opera por meio de um conjunto heterogêneo de discursos e práticas sociais, daí sua compreensão exigir procedimentos que articulem elementos tão diversos de regulação da vida social quanto discursos, instituições, formas arquitetônicas, enunciados científicos, proposições morais e filosóficas. (Foucault, 2006, p.244) Para traçar as conexões entre saberes e práticas que formam essa rede invisível que propulsiona as formas contemporâneas de regulação da vida social, os queer incorporaram o método desconstrutivo de Jacques Derrida. O objetivo era explicitar os processos que criam sujeitos normais, adaptados, em suma, hegemônicos, apenas construindo também sujeitos ilegítimos, rotulados como anormais e alocados na margem do social. Em outras palavras, foi essencial para o desenvolvimento da Teoria Queer, o conceito de complementaridade criado por Derrida. Segundo ele, nossa linguagem opera em binarismos, de forma que o hegemônico só se constrói em uma oposição necessária a algo inferiorizado e subordinado. Assim, em um exemplo caro aos *queer*, a heterossexualidade só existe em oposição à homossexualidade, compreendida como seu negativo inferior e abjeto. Ainda que não expressa, a homossexualidade é o Outro sem o qual o hegemônico não se constitui nem tem como descrever a si próprio.

A partir do exposto, teóricos como Eve K. Sedgwick, Gayle Rubin, David M. Halperin, Judith Butler e Michael Warner começaram a empreender análises sociais que sublinhavam a centralidade dos mecanismos sociais relacionados à operação do binarismo

⁵ Nas palavras do filósofo francês: “A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder.” (Foucault, 2005, p.100)

hetero/homossexual para a organização da vida social contemporânea dando mais atenção crítica a uma política do conhecimento e da diferença. Nas palavras do sociólogo Steven Seidman, o *queer* pode ser compreendido como o estudo “daqueles conhecimentos e daquelas práticas sociais que organizam a ‘sociedade’ como um todo, sexualizando – heterossexualizando ou homossexualizando – corpos, desejos atos, identidades, relações sociais, conhecimentos, cultura e instituições sociais.” (Seidman, 1996, p.13)

A investigação da emergência da forma contemporânea como lidamos com a sexualidade foi empreendida por Eve Kosofsky Sedgwick em seu livro *Between Men: English Literature and Male Homosocial Desire* (1985), obra em que não se prendia a uma discussão de gênero (marcada pelo heterossexismo da oposição homens versus mulheres) nem a uma perspectiva dos estudos de minorias (gays e lésbicas). Sua proposta era demonstrar que a dominação das mulheres é associada à rejeição das relações amorosas entre homens de forma que a misoginia e a homofobia são interdependentes. Ao estudar os triângulos amorosos nos romances ingleses do século XIX, a díade homo/heterossexualidade emergiu não mais como uma oposição excludente, antes como necessariamente relacionada. Sedgwick afirmou que certas formas de dominação homosocial, em especial a do presente, dependem do repúdio a laços eróticos entre homens e na projeção deles em uma figura estigmatizada: o homossexual.⁶

Sedgwick deu o pontapé inicial para a compreensão de que a ordem social contemporânea não difere de uma ordem sexual. Sua estrutura está no dualismo hetero/homo, mas de forma a priorizar a heterossexualidade por meio de um dispositivo que a naturaliza e, ao mesmo tempo, a torna compulsória. Em resumo, a ordem social do

⁶ Sobre a invenção histórica do homossexual veja Foucault, 2005, p.43. Dentre os estudos sociológicos construtivistas destacam-se McIntosh (1968) e Weeks (1977).

presente tem como fundamento o que Michael Warner denominaria, em 1991, de heteronormatividade. O dispositivo de sexualidade tão bem descrito por Foucault em sua gênese ganha, nas análises queer, um nome que esclarece tanto a que ele direciona a ordem social como seus procedimentos neste sentido.

A heteronormatividade expressa as expectativas, as demandas e as obrigações sociais que derivam do pressuposto da heterossexualidade como natural e, portanto, fundamento da sociedade. Na definição de Lauren Berlant e Michael Warner:

“Por heteronormatividade entendemos aquelas instituições, estruturas de compreensão e orientações práticas que não apenas fazem com que a heterossexualidade pareça coerente – ou seja, organizada como sexualidade – mas também que seja privilegiada. Sua coerência é sempre provisional e seu privilégio pode adotar várias formas (que às vezes são contraditórias): passa despercebida como linguagem básica sobre aspectos sociais e pessoais; é percebida como um estado natural; também se projeta como um objetivo ideal ou moral.” (2002, p.230)

Em outras palavras, a heteronormatividade é mais do que o *aperçu* de que a heterossexualidade é compulsória.⁷ Como um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, a heteronormatividade marca até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto. As formas de definir a si mesmo de várias culturas sexuais não-hegemônicas seguem a heteronormatividade, o que é patente na díade ativo/passivo dos gays, a qual toma como referência a visão hegemônica sobre uma relação sexual reprodutiva para definir papéis/posições sexuais. Assim, a heteronormatividade não se refere apenas aos sujeitos legítimos e normalizados, mas é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu

⁷ A primeira teórica a empregar o termo heterossexualidade compulsória foi a feminista norte-americana Adrienne Rich em um ensaio de 1980 publicado em 1986 com o título “Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence”.

objetivo: formar a todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e “natural” da heterossexualidade.⁸

O foco queer na heteronormatividade não equivale a uma defesa de sujeitos não-heterossexuais, pois ele é, antes de mais nada, definidor do empreendimento desconstrutivista desta corrente teórica com relação à ordem social e os pressupostos que embasam toda uma visão de mundo, práticas e até mesmo uma epistemologia. Em síntese, o estudo da sexualidade necessariamente implica explorar os meandros da heteronormatividade, em especial a homofobia materializada em mecanismos de interdição e controle das relações amorosas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo.⁹

Surgida a partir dos Estudos Culturais, portanto fora dos departamentos de sociologia e antropologia, a Teoria Queer já tendia a priorizar a análise de obras artísticas e midiáticas. De qualquer forma, os pesquisadores desta corrente conheciam a linha do construtivismo social que formava a base dos estudos sobre sexualidade e gênero na teoria social canônica, mas consideravam que as pesquisas sobre “minorias” sexuais tendiam a reforçar crenças hegemônicas e, no máximo, tinham criado subáreas disciplinares, o que mantinha a marginalidade do objeto nas teorias socioantropológicas. A oposição crítica a este contexto institucional e à forma como os estudos construtivistas serviam aos interesses

⁸ Historicamente, a prescrição da heterossexualidade como modelo social pode ser dividida em dois períodos: um em que vigora a heterossexualidade compulsória pura e simples e outro em que adentramos no domínio da heteronormatividade. Entre o terço final do século XIX e meados do século seguinte, a homossexualidade foi inventada como patologia e crime e os saberes e práticas sociais normalizadores apelavam para medidas de internação, prisão e tratamento psiquiátrico dos homo-orientados. A partir da segunda metade do século XX, com a despatologização (1974) e descriminalização da homossexualidade, é visível o predomínio da heteronormatividade como marco de controle e normalização da vida de gays e lésbicas, não mais para que se “tornem heterossexuais”, mas com o objetivo de que vivam como eles. Neste aspecto, ganha relevância uma reflexão crítica sobre o casamento gay. Sob o tema, consulte Miskolci, 2007.

⁹ Neste sentido, destaca-se a análise dos discursos e práticas educacionais que, freqüentemente, são heteronormativos e cúmplices de violências físicas e simbólicas em relação a homo-orientados. Sobre esta questão consulte o texto de Sedgwick sobre a perseguição social a meninos efeminados publicada em Warner, 1993 e para uma análise sobre as formas como a educação cria e reafirma categorias sexuais veja Miskolci, 2005.

hegemonicos reforçou, ao menos inicialmente, a tendência queer a priorizar a análise desconstrutivista de produtos culturais como estratégia para sublinhar a centralidade da sexualidade na vida social contemporânea.¹⁰

O impulso desconstrutivista impulsionou a análise da heteronormatividade em romances, filmes, programas de televisão, revistas,¹¹ mas também de discursos legais, científicos, religiosos e pedagógicos.¹² Ao invés de priorizar investigações sobre a construção social de identidades, estudos empíricos sobre comportamentos sexuais que levem a classificá-los ou compreendê-los, os empreendimentos queer partiram de uma desconfiança com relação aos sujeitos sexuais como estáveis para focar nos processos sociais classificatórios, hierarquizadores, em suma, nas estratégias sociais normalizadoras dos comportamentos. Ao colocar em xeque as coerências e estabilidades que, no modelo construtivista da teoria social, fornecem um quadro compreensível e padronizado da sexualidade, o queer revelou um olhar mais afiado para os processos sociais normalizadores que criam classificações, as quais, por sua vez, geram a ilusão de sujeitos estáveis, identidades sociais e comportamentos coerentes e regulares.

¹⁰ As críticas socioantropológicas à Teoria Queer como tendo surgido a partir do “desconhecimento” da teoria social canônica na abordagem da sexualidade são facilmente refutáveis. Na introdução à primeira compilação de textos a se denominar queer, *Fear of a Queer Planet* (1993), Michael Warner apresentou um panorama crítico dos estudos sociológicos sobre a temática. Posteriormente, ao menos desde a publicação de *Queer Theory/Sociology* (1996), o diálogo das ciências sociais com o queer foi intensificado sem que a teoria social canônica reconhecesse o aspecto central da sexualidade e do desejo na dinâmica da sociedade contemporânea.

¹¹ A seguir listo alguns dos melhores estudos queer sobre cada área cultural: análises literárias exemplares podem ser encontradas nas mais conhecidas obras de Sedgwick (1985, 1990, 2007); sobre reality shows consulte Gamson, 1998; para a análise da forma como Hollywood incorporou de forma normalizada a temática gay veja Seidman, 2002; um estudo sobre o caráter normalizado do pensamento sociológico canônico e até mesmo da literatura afro-americana no que concerne à temática racial é o de Ferguson, 2004; para uma análise queer na linha psicanalítica de inspiração lacaniana que explora a centralidade do futuro e de sua síntese na imagem da criança (em perigo) veja Edelman, 2004.

¹² No contexto brasileiro, o heterossexismo dos discursos e instituições médicas gerou pesquisas sobre transexualidade (Bento, 2006), travestilidade e modelo preventivo de aids (Pelúcio, 2007) e pessoas intersex (Pino, 2007). Na área de educação, destacam-se os estudos de Louro (2001, 2004).

O diálogo entre os saberes subalternos

Originados, de uma forma ou de outra, a partir dos Estudos Culturais, a Teoria Queer e os Estudos Pós-Coloniais, são parte de um conjunto que podemos chamar de teorias subalternas, as quais fazem uma crítica dos discursos hegemônicos na cultura ocidental.¹³ Sua origem remonta às mudanças profundas de meados do século XX, quando problemáticas surgidas fora da academia e, muitas vezes, em confronto com a dinâmica institucional que passara a reger as disciplinas, foram reconhecidas pelos Estudos Culturais britânicos com sua refutação das distinções hierárquicas que distinguiram cultura erudita e popular e ênfase na experiência dos grupos sociais historicamente subalternizados e explorados (Mattelart e Neveu, 2004).

Mais tarde, as demandas feministas, de imigrantes de ex-colônias, de movimentos negros e homossexuais impulsionariam empreendimentos científicos que colocaram em xeque formas canônicas de compreender as desigualdades sociais. Assim, em um movimento que os impulsionou e renovou, os Estudos Culturais geraram subdivisões focadas em formas particulares de opressão, dentre as quais podemos destacar os Estudos Pós-Coloniais e a Teoria Queer. Segundo Beatriz Preciado:

“A crítica pós-colonial e queer responde, em certo sentido, à impossibilidade do sujeito subalterno articular sua própria posição dentro da análise da história do marxismo clássico.

¹³ As teorias subalternas ganharam seu título de uma terminologia criada por Antonio Gramsci para referir-se àqueles cuja voz não é audível no sistema capitalista. Sua forma contemporânea foi popularizada a partir de um famoso artigo de Gayatri Spivak intitulado “Can the Subaltern Speak?” (1985) e designava grupos sociais submetidos ao domínio de uma potência estrangeira e cuja subordinação se mantinha mesmo após a descolonização. Atualmente, com a disseminação do debate pós-colonial, passou a designar qualquer grupo que, submetido a outro, adota uma postura hegemônica. Não se trata, portanto, de propor uma mudança de perspectiva dentro dos pólos Ocidente/Oriente, mas de explorar a interdependência que funda aparentes oposições.

O lócus da construção da subjetividade política parece ter se deslocado das categorias tradicionais de classe, trabalho e da divisão sexual do trabalho para outras constelações transversais como podem ser o corpo, a sexualidade, a raça, mas também a nacionalidade, a língua, o estilo ou, inclusive, a linguagem. (2007, p.383)

Interpretação que vai ao encontro das reflexões de Stuart Hall sobre a origem dos Estudos Culturais como uma oposição crítica às versões economicistas do marxismo vigentes entre o final da década de 1950 e a seguinte no contexto acadêmico britânico (Hall, 2003). Assim, os estudos subalternos nascem do marxismo, mas em oposição a certa corrente ortodoxa que se tornara hegemônica ao mesmo tempo em que deixava de responder às demandas de grupos sociais de sua época, inicialmente operários, aos quais se somaram os imigrantes, negros, feministas e outros.

Os Estudos Culturais foram tão profícuos e bem-sucedidos que geraram as subdivisões dos Estudos Pós-Coloniais e da Teoria Queer. O nascimento da primeira costuma ser associado à publicação, em 1978, de *Orientalismo* de Edward W. Said enquanto a segunda receberia seu impulso criador com *Between Men* de Eve K. Sedgwick em 1985. A primeira coletânea popular dos Estudos Pós-Coloniais foi publicada em 1988 enquanto que a da Teoria Queer em 1991.¹⁴ Emergindo quase ao mesmo tempo, há tanto conexões quanto tensões neste período inicial.

A Teoria Queer costuma ser associada ao estudo do desejo e da sexualidade, mas ainda que isto tenha marcado sua emergência, nos últimos anos intensificou-se as formas como estudos nesta linha apontam para a articulação de múltiplas diferenças nas práticas sociais. Daí interpretações do queer como uma resposta crítica à globalização e aos modelos norte-americanos de identidade sexual hetero, mas também do feminismo liberal e

¹⁴ Refiro-me a *Subaltern Studies Reader* (1988) no que concerne aos Estudos Pós-Coloniais e, na vertente queer, a *Inside/Outside* editado por Diana Fuss em 1991 e *Fear of a Queer Planet* organizado por Michael Warner em 1993.

da cultura gay integracionista (Preciado, 2007, p.387), em outras palavras, como uma teoria que resiste à americanização branca, hetero-gay e colonial do mundo (Ibidem, p.400).

Na compilação mais recente de estudos queer intitulada *What's Queer about Queer Studies Now?* (Eng, Halberstam e Muñoz, 2005), manteve-se a oposição crítica aos projetos minoritários – quer sejam políticos ou teóricos – mas ganhou força a compreensão do queer como metáfora política sem um referente fixo. Não é mais garantido que a sexualidade seja o eixo principal de processos sociais que marcaram e ainda moldam as relações sociais, mas, ao contrário, emerge a idéia de um ponto nodal de intersecções de diferenças. A interseccionalidade de categorias adotada como parte do diálogo entre teóricos queer e sociólogos contemporâneos, particularmente os influenciados pelos estudos pós-coloniais, é um empreendimento tão promissor quanto incerto.

Michael Warner observara no início da década de 1990 que o multiculturalismo quase sempre pressupunha uma organização étnica da identidade (mesmo que dentro do essencialismo estratégico teorizado por Spivak) que se baseava em valores como família, língua e tradição. A Teoria Queer não tem nem ambiciona ponto de apoio similar. Enquanto os estudos da diáspora se apóiam, em maior ou menor grau, na existência de uma origem cultural e/ou étnica alternativa a que podem recorrer o queer lida com sujeitos sem alternativa passada nem localização presente, daí frases como “estamos em toda parte” ou “estranhos internos à sociedade” que demonstram paradoxo de presença e invisibilidade, internalidade e exclusão.¹⁵

A linguagem do multiculturalismo traduzida na aliança teórica que apregoava o estudo associado de raça, classe e gênero era, segundo Warner, uma fantasia de identidades

¹⁵ Sedgwick desenvolveu um estudo clássico sobre estes paradoxos com o título de *Epistemology of the Closet* (1990). O livro deu origem a um artigo homônimo que sintetiza sua análise. Ele foi publicado originalmente em 1993 e recentemente traduzido para o português. Sedgwick, 2007.

que seriam visivelmente representadas em paralelo, tradução de um desejo político etnicizante que alguns queer ironizaram como a Teoria do Arco-Íris. Na década de 1990, compreendia-se que diferentes formas de opressão se relacionavam, daí a afirmação popular em movimentos sociais identitários: “Racismo, Sexismo, Homofobia: trace as conexões”. Ainda que as conexões fossem incontestáveis, também era inegável que elas podiam ser estudadas, ou confrontadas politicamente, em separado. Raça, classe e gênero se apresentavam como formas diferentes e particulares de organizar as pessoas em resposta a diferentes formas de poder.

Recentemente, as alianças esboçadas entre os Estudos Pós-Coloniais e a Teoria Queer parecem renascer a partir de um nó da intersecção: aquele formado pelas categorias sexualidade e raça. Não se trata apenas de aliança estratégica, mas de certo consenso de que as categorias são interdependentes em um mesmo processo de racialização do sexo e sexualização da raça, o qual, por sua vez se associa à criação de outras categorias essencializadas como nação. A matriz essencializadora e subalternizante que cria um ideal imaginado de coletividade, a nação, estaria na conexão raça-sexualidade, um nó que evidencia um mesmo processo normalizador que cria seres considerados menos humanos ou até mesmo abjetos.

A Teoria Queer, como uma crítica sem sujeito (*subjectless*), foca em um amplo campo de normalização (Warner, 1993) como lócus de violência social, para as estruturas sociais hegemônicas que criam sujeitos como normais e naturais por meio da produção de outros perversos ou patológicos. O queer mantém, portanto, sua resistência aos regimes da normalidade, mas reconhece a necessidade de uma epistemologia do abjeto baseada em investigações interseccionais. Assim, a afinidade com os Estudos Pós-Coloniais é retomada por meio da desnaturalização das narrativas de origem, das idéias de lar e nação, de forma

que a diáspora deixa de ser compreendida como dispersão étnica e filiação, mas em termos de “abjeção” (queerness), afiliação e contingência. A noção de diáspora queer emerge como locus crítico que propõe maneiras de contestar estruturas familiares e de parentesco tradicionais e reorganizar comunidades nacionais ou transnacionais não por origem, filiação e genética, antes por destino, afiliação e rede de práticas e interesses sociais comuns (Eng, 2003).

A seguir exponho uma breve reflexão sobre o desafio teórico que a aliança entre os saberes subalternos nos apresenta, ou seja, o desenvolvimento da interseccionalidade na teoria social e nas ciências humanas como um todo. A análise da formação conjunta de categorias nos processos de diferenciação social, categorias que não apenas se relacionam, mas determinam umas às outras, demanda avanços teórico-metodológicos tão sofisticados quanto promissores.

O desafio de uma analítica da normalização

No final da década de 1980, em um artigo seminal inspirado pelas primeiras análises queer, a historiadora feminista Joan W. Scott observou que diferenças não são aspectos univocamente estabelecidos e reconhecíveis. Para ela, deveríamos evitar a armadilha de tomar como dadas as diferenças e, ao contrário, tornar visíveis os processos sociais que as criam. A diferença é o resultado da “designação do outro, que distingue categorias de pessoas a partir de uma norma presumida (muitas vezes não explicitada).” (Scott, 1998, p.297) Se a diferença é criada a partir das normas, então depreende-se a necessidade de

investigações que explorem a forma como foram social e historicamente construídas dentro de processos normalizadores. Em termos gerais, esta proposta rompia com os estudos de minorias e apontava para uma analítica da normalização que seria desenvolvida, nos anos seguintes, pela emergente Teoria Queer.

Neste ponto, um leitor pouco afeito aos estudos de sexualidade poderia se indagar: por que o estudo das diferenças exige a reconstituição de processos sociais normalizadores? A normalização não se refere aos comportamentos sexuais e de gênero enquanto marcadores sociais como raça, classe, etnia e religião operariam segundo lógica classificatória direta e menos pautada pela regulação e controle? Aí é que se encontra o componente que permitiu a aliança entre os saberes subalternos. A constituição de raças, por exemplo, não se deu a partir de entidades naturais pré-existentes, mas foi o resultado de acesso desigual ao poder que criou relações discriminatórias por parte do grupo hegemônico. A designação do outro como diferente (e inferior) utilizou vários marcadores ao mesmo tempo, assim, por exemplo, às “raças” inferiorizadas atribuiu-se uma proximidade do gênero socialmente menos valorizado, o feminino.¹⁶

De forma simplificada, e puramente explicativa, os processos normalizadores operaram sempre interseccionalmente. As duas categorias que mais contribuíram para a formação conjunta de identidades hegemônicas e marginais foram raça e sexualidade, daí a relação intrínseca entre elas que justifica a análise da racialização do sexo e da sexualização da raça como um processo normalizador duplamente naturalizante e subordinador que

¹⁶ Sobre as relações entre raça e gênero nas metáforas científicas consulte Stepan, 1994. No que concerne à construção social da masculinidade, o conceito de masculinidade hegemônica de autores como Kimmel deixam explícito que negros e outros grupos são alocados fora dele. Percebe-se que identidades sociais são criadas por processos normalizadores e mantidas por meio de mecanismos regulatórios que se assentam em delimitações de fronteiras pautadas por categorias raciais, de gênero, sexualidade, pertencimento de classe, religião, etc.

marca a história e a dinâmica das relações sociais das sociedades pós-coloniais e, em particular, daquelas que convivem com o legado da escravidão.

Na sociedade brasileira, notoriamente marcada pelo racismo de cor, a abordagem interseccional evidencia marcadores ignorados de gênero e sexualidade. Historicamente, a “ideologia do branqueamento” tinha como propulsor um casal idealizado como um homem branco e uma mulher mulata, ou seja, de forma a manter a associação implícita entre raça branca e masculinidade. Assim, as representações e práticas da sociedade brasileira, além de racistas, revelam-se também machistas e homofóbicas, pois se fundamentam em uma visão biológica da nação como produto de relações heterossexuais que se dariam dentro de um padrão prescrito para formar cidadãos homens, brancos e heterossexuais.¹⁷

A analítica da normalização é um empreendimento claramente anti-essencializador e que não permite nem mesmo a adesão ao “essencialismo estratégico” que marcou os Estudos Pós-Coloniais. Por muitos anos, uma ponte entre teóricos queer e pós-coloniais pareceu impossível, mas há tentativas recentes de conectá-los a partir da percepção de que a diferença além de plural é conceituável de diversas formas, as quais se relacionam, por sua vez, a fontes teórico-metodológicas particulares. Uma reflexão sobre as diferenças deixou de ser polarizada entre duas vertentes de forma que os saberes subalternos convergem para o desenvolvimento de uma teoria social que compreenda as diferenças como inter-relacionadas, o que exige formas específicas de abordagem teórica e metodológica.¹⁸

¹⁷ Para um estudo sociológico e histórico deste padrão de casal no imaginário do branqueamento a partir da análise de obras literárias consulte Miskolci e Carvalho, 2006.

¹⁸ No que concerne aos movimentos sociais identitários, as análises queer apontam para o fato de que eles operam a partir das representações sociais vigentes e expressam a demanda de sujeitos por reconhecimento. Isto contrasta claramente com a proposta teórica queer de apontar as fraturas nos sujeitos, seu caráter efêmero e contextual, mas o papel do queer não é desqualificar os movimentos identitários, antes apontar as armadilhas do hegemônico em que se inserem e permitir alianças estratégicas entre os movimentos que apontem como objetivo comum a crítica e contestação dos regimes normalizadores que criam tanto as

Encontramo-nos melhor aparelhados para responder questões como as enumeradas pela socióloga britânica Avtar Brah: “Qual é a natureza das atribuições que são levadas em conta para caracterizar um grupo como diferente? Como as fronteiras da diferença são constituídas, mantidas ou dissipadas? Como a diferença é interiorizada nas paisagens da psique? Como são os vários grupos representados em diferentes discursos da diferença? A diferença diferencia lateral ou hierarquicamente?” (Brah, 2006, p.)

Na perspectiva de Brah, a diferença como categoria analítica atualmente permite quatro maneiras de conceituação:

1. A diferença conceituada como experiência exige explorar as relações entre linguagem e consciência, sociedade e subjetividade, o que tem resultado em profícuas investigações na área de comunicação, mas principalmente na história e na educação;
2. A diferença como relação social pode ser entendida como o conjunto das trajetórias históricas e contemporâneas que *produzem as condições* para a construção das identidades de grupo. É o eco da "diferença como relação social" que reverbera quando legados da escravidão, do colonialismo ou do imperialismo são invocados. Esta abordagem é a privilegiada pelos Estudos Pós-Coloniais, por alguns estudos socioantropológicos sobre questões étnico-raciais e, mais recentemente, nas tentativas queer de unir os saberes subalternos;
3. A diferença como subjetividade sublinha que o descentramento do sujeito no pós-guerra deixou de lado os processos de sexuação em seus aspectos não-hegemônicos assim como o racismo e a experiência do colonialismo. Esta

identidades como sua posição subordinada no social. Sobre movimentos sociais na perspectiva queer veja Gamson, 1996 e Miskolci, 2007.

abordagem propõe uma revisão crítica da teoria psicanalítica que elimine seus pressupostos heterossexistas e eurocêtricos de forma a criar uma nova topografia psíquica capaz de lidar de forma mais sofisticada com a variabilidade humana;¹⁹

4. A diferença como identidade social está intimamente ligada às questões acima apresentadas de experiência, relações sociais e subjetividade e apresenta um desafio para a análise sociológica contemporânea.

Identidades são inscritas através de experiências culturalmente construídas em relações sociais. O êxito de investigações que busquem articular estas esferas dependerá do desenvolvimento de metodologias que não apenas permitam estudar cada um dos componentes dos processos sociais de constituição das identidades, mas, sobretudo, analisem as interdependências entre as categorias de forma que não resultem na soma de opressões, antes na compreensão de como elas se determinam mutuamente.

A aliança entre os saberes subalternos pode ser a base para o desenvolvimento de ferramentas teórico-metodológicas que permitam o estudo mais acurado das diferenças tanto no que toca à sua criação histórica quanto à sua dinâmica nas relações sociais do presente. Quer seja na comunicação, na educação, na história, nas ciências sociais e até na psicanálise, a Teoria Queer lança o desafio de compreender como se criam as diferenças e como elas atuam no presente. Objetivo científico com implicações políticas que interessam aos movimentos sociais, pois anuncia o conhecimento necessário para fazer frente aos processos normalizadores que justificam o uso das diferenças como marcadores de hierarquia e opressão.

¹⁹ Para uma análise da proposta de Butler veja Arán e Peixoto Júnior, 2007.

Referências Bibliográficas

ÁRAN, Márcia e PEIXOTO JÚNIOR. Subversões do Desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler In: cadernos pagu. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, 2007. v.28. p. 129-148

BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo. Rio de Janeiro, Garamond, 2006.

BERLANT, Laurent e WARNER, Michael. Sexo em Público. In: Jiménez, Rafael M. M. (editor) Sexualidades Transgressoras. Barcelona, Içaria, 2002. p.229-257.

BHABHA, Homi. O Local da Cultura. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2005.

BRAH, Avtar. Diferença, Diversidade, Diferenciação. In: cadernos pagu. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, 2006. n.26 p.329-376

BUTLER, Judith. Undoing Gender. New York, Routledge, 2004.

CARRARA, Sérgio e SIMÕES, Júlio Assis. “Sexualidade, Cultura e Política: a trajetória da categoria homossexual na antropologia brasileira” In: cadernos pagu. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, 2007. v.28. p.65-99.

CHAMBERS, Samuel J. ‘Telepistemology of the Closet; Or, the Queer Politics of *Six Feet Under*’. *Journal of American Culture* 26.1: 24-41, 2003

COHEN, Cathy J. 'Punks, bulldaggers, and welfare queen: The radical potential of queer politics?' in *Black Queer Studies*. E Patrick Johnson and Mae G Henderson, eds. Duke: Duke University Press, 2005.

DERRIDA, Jacques. Gramatologia. São Paulo, Perspectiva, 2004.

EDELMAN, Lee. No Future. Durham/London, Duke University Press, 2004.

ENG, David L.; Halberstam, Judith; Muñoz, José Esteban. What’s Queer about Queer Studies Now? In: Social Text. 84-85 Durham, Duke University Press, 2005.

ENG, David L. Transnational Adoption and Queer Diasporas In: Social Text. N.76 Durham, Duke University Press, 2003.

FERGUSON, Roderick A. Aberrations in Black – Toward a Queer of Color Critique. Minneapolis/London, Minnesota University Press, 2004.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: A Vontade de Saber. São Paulo, Graal, 2005.

_____. Microfísica do Poder. São Paulo, Graal, 2006.

FUSS, Diana. Inside/Outside: Lesbian Studies, Gay Studies 1991

GAMSON, Joshua. *Freaks talk Back: tabloids talk shows and sexual nonconformity*. Chicago, Chicago University Press, 1998.

_____. In: *A Metodologia da Pesquisa Qualitativa*. Porto Alegre, Artmed, 2006.

_____. *Must Identity Movements Self-Destruct: A Queer Dilemma*. In: Seidman, Steven. *Queer Theory/Sociology*. Malden, Blackwell, 1996. p.395-419

GOFFMAN, Erving. *Estigma*. Rio de Janeiro, LTF, 1988.

GREEN, Adam Isaiah. *Queer Theory and Sociology: Locating the Subject and the Self*. In: *Sociological Theory*. 25, March 2007, p.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Porto Alegre, DP&A Editora, 2006.

JAGOSE, Annemarie. *Queer Theory – an introduction*. New York, New York University Press, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. *Teoria Queer: Uma Política Pós-Identitária para a Educação*. In: *Revista Estudos Feministas*. V.9 n.2 Florianópolis, 2001.

_____. *Um Corpo Estranho*. Belo Horizonte, Autêntica, 2004.

MATTELART, Armand e NEVEU, Érik. *Introdução aos Estudos Culturais*. São Paulo, Parábola, 2004.

McINTOSH, Mary. *The Homosexual Role*. *Social Problems*, 16, 1968. p182-192

MISKOLCI, Richard. *Pânicos Morais e Controle Social: reflexões sobre o casamento gay* IN: *cadernos pagu*. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, 2007. v.28. p.101-128

_____. *Um Corpo Estranho na Sala de Aula* In: Abramowicz, Anete e Silvério, Valter Roberto. (Editores) *Afirmando Diferenças*. Campinas, Papirus, 2005.

MISKOLCI, Richard e CARVALHO, Sheila Abadia Rocha. *A Tal e a Qual: Representações Racializadas da Mulher na Literatura Brasileira*. Florianópolis, **Fazendo Gênero VII** – Gênero e Preconceito, 2006.

PELÚCIO, Larissa. *Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids*. Tese de Doutorado. São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2007.

PINO, Nádya Perez. A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos desfeitos. In: cadernos pagu. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, 2007. v.28. p.149-174

PRECIADO, Beatriz. Entrevista a Jesús Carrillo. In cadernos pagu. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, 2007. v.28. p.375-405

RICH, Adrienne. Blood, Bread, Poetry 1986

RUBIN, Gayle. Thinking Sex. In: ABELOVE, Henry et alli. The Lesbia and Gay Studies Reader. New York/London, Routledge, 1992.

SAID, Edward W. Orientalismo. São Paulo, Cia das Letras, 2007.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A Epistemologia do Armário. In: cadernos pagu. Tradução de Plínio Dentzien. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, 2007.

_____. Between Men. English Literature and Male Homosocial Desire. New York, Columbia University Press, 1985.

_____. Epistemology of the Closet. Berkeley, University of California Press, 1990.

SEIDMAN, Steven. Beyond the Closet: the transformation of gay and lesbian life. New York, Routledge, 2002.

_____. Queer Theory/Sociology. Malden, Blackwell, 1996.

SCOTT, Joan W. A Invisibilidade da Experiência. In: Projeto História. N.16. São Paulo, PUC, 1998. p.297-325.

WARNER, Michael. (editor) Fear of a Queer Planet: Queer Politics and Social Theory. Minneapolis/London, University of Minnesota Press, 1993.

_____. The trouble with Normal: Sex, Politics, and Ethics of Queer Life. New York, Free Press, 1999.

WEEKS, Jeffrey. Coming Out. Homosexual Politics in Britain from the nineteenth century to the present. London, Quartet Books, 1977.